



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 4 de fevereiro de 2012

A CRITICA NEGÓCIOS AQUÁTICOS	1
ECONOMIA	
A CRITICA NEGÓCIOS AQUÁTICOS (continuação)	2
ECONOMIA	
A CRITICA MERCADO DE TRABALHO	3
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Novo sistema ainda sem prazo para chegar ao AM	4
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Contratação de PCDs deve crescer 20%	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Brasileiros e mexicanos decidiram renegociar acordo	6
ECONOMIA	

NEGÓCIOS AQUÁTICOS

Náutica: de vento em popa

Sector vivencia um crescimento acelerado no Amazonas, mas esbarra na lentidão do licenciamento feito pela Capitania

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

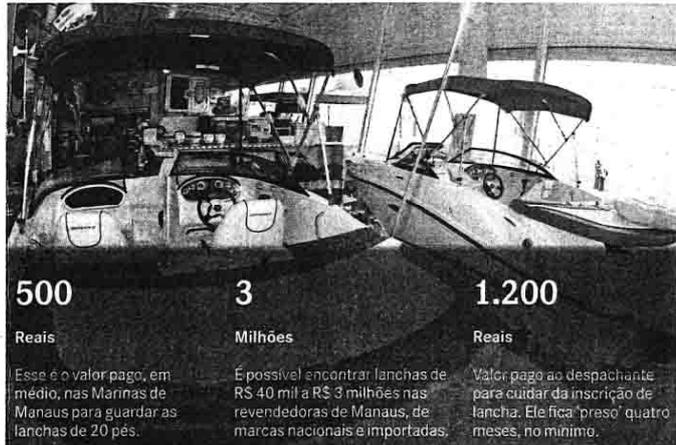
O mercado de náutica acelerou nos últimos meses, mas a burocracia e a falta de clareza em relação aos procedimentos de licenciamento por parte da Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental estão dificultando um crescimento ainda maior do setor, dizem os que nele atuam.

Mesmo assim, no ano passado, 404 lanchas (Sport e recreio) e 87 jet skis foram licenciadas na Amazônia Ocidental, ante 290 e 38 do ano anterior, respectivamente, um aumento de 139% de registros de lanchas e de 229% de jet skis. 90% dessas embarcações, referem-se a licenciamentos do Amazonas.

"Tem inscrição provisória que sai com quatro, seis meses. Outros têm mais de ano e nada", disse um vendedor que preferiu não se identificar por receio de retaliação. "Este ano começou a sair documento. O provisório, mesmo entregando toda a documentação, passava um ano, agora estamos pegando em vinte, trinta dias, mas os definitivos ainda estão muito demorados", contou um despachante que pediu para não ter o nome divulgado.

Esse mesmo despachante informou que este ano mudou a pessoa que cuida do processo de ins-

Em números



500 Reais	3 Milhões	1.200 Reais
Esse é o valor pago, em médio, nas Marinas de Manaus para guardar as lanchas de 20 pés.	É possível encontrar lanchas de R\$ 40 mil a R\$ 3 milhões nas revendedoras de Manaus, de marcas nacionais e importadas.	Valor pago ao despachante para cuidar da inscrição de lancha. Ele fica 'preso' quatro meses, no mínimo.

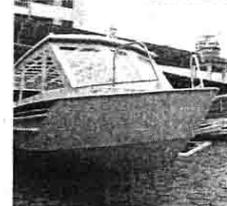
crição provisória na Capitania, dando um pouco mais de agilidade aos processos. "Não entendo por que uma lancha que tem inscrição provisória tem de esperar mais de um ano para ter a definitiva. A Capitania alega que o processo vai para o Rio de Janeiro, onde é dada a numeração definitiva. Mas será

que precisa todo esse tempo?"

A situação é tão grave que tem até revendedora elaborando documento no qual informa ao cliente - e exige a assinatura dele tomando ciência - de que o documento final da embarcação pode "demorar bastante", devido o "processo demorado com prazos

indefinidos e geralmente não cumpridos" da Capitania dos Portos. A proposta é esclarecer até onde vai a responsabilidade da empresa, caso o cliente opte por deixar a inscrição a cargo da revendedora, e evitar problemas já recorrentes com o consumidor. Informa ainda que o cliente

Fotos: Clóvis Miranda



Marinas ganham com incremento



Uma das lanchas mais vendidas

Fiscalização

Desde agosto, a Capitania realiza a Operação Verão em praias e portos. O objetivo é inibir pessoas não habilitadas e embarcações sem registros. Após apreensões e notificações, aumentou a demanda de registros na Capitania.

zog, o setor é crescente, a fiscalização da Capitania também, porém o processo de registro burocratizado. "Antes não tinha muita fiscalização e como o processo é muito demorado, muita gente não se regularizava. Hoje há procura, mas falta a otimizar as licenças".

O gerente geral da Braga Import, Fredson Sobrinho, tem opinião semelhante e acrescenta como gargalos do setor a quantidade reduzida de Marinas, a falta de infraestrutura portuária e resente-se de ter apenas um banco operando com financiamento no setor, o Santander. "O mercado passa por uma expansão natural por conta do momento econômico do País, ascensão social e pessoas que querem realizar o sonho de criança de ter uma lancha e facilidade de pagamento, com parcelamento em até 60 vezes".

pode ficar à vontade para procurar a Capitania para esclarecimentos sobre o processo, e colocar-se a disposição para ir junto com o cliente até o órgão.

CRESCENTE

De acordo com o sócio-proprietário da Alegria Náutica, Peter Her-

NEGÓCIOS AQUÁTICOS (continuação)

Prazos e preços na Capitania

Órgão explica como funciona serviço que vem incomodando quem compra e vende embarcações

A Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental informou prazos divergentes aos citados pelos interlocutores do setor. Conforme a assessoria, o processo é iniciado na Capitania que emite um protocolo provisório para navegar, por um prazo de 90 dias, e por uma análise de documentação e dados da embarca-

ção. Em seguida é lançado no sistema (sistema de gerência de embarcação), levando em média 90 dias para sair a inscrição definitiva.

"Neste processo, observa-se, inclusive a autenticidade da documentação apresentada, a fim de evitar-se o uso de documentos falsos", explicou a assessoria.

ria de imprensa da autoridade marítima.

Para inscrever a embarcação na Capitania, paga-se uma guia de recolhimento da união (GRU) no valor de R\$ 30,00 e uma guia de recolhimento da união (GRU) no valor de R\$ 200 para fazer vistorias em lanchas: vistoria inicial, laudo pericial de máqui-

na e laudo pericial de passageiro. Para Jet ski há somente o laudo pericial de máquina, sem cobrança de taxa.

"Se a gente tivesse esses procedimentos e prazos definidos na prática diária da Capitania seria o ideal, na verdade o necessário. Mas, infelizmente, não é isso que existe", disse um



Capitania precisar melhorar serviço

vendedor.

Para a lancha o processo inicial é entrada na vistoria inicial, apresentando os documentos necessários (nota fiscal de venda da embarcação, nota fiscal do motor e foto da embarcação no tamanho 15X21, três opções de nome para embarcação. Depois, paga-se a guia de recolhimento da união (GRU) no valor R\$ 200,00). O outro passo para a inscrição da embarcação é apresentar os documentos pessoais do proprietário (RG, CPF), comprovante de residência, seguro obrigatório e a taxa de guia de recolhimento da união (GRU) no valor R\$ 30,00.

MERCADO DE TRABALHO

Dispensas de janeiro

Indústria em todo o País dá sinais de que não vai bem e inicia o ano demitindo muitos funcionários

RIO (AG) - A indústria começou o ano demitindo trabalhadores e apelando para o expediente de férias coletivas. Há registros de cortes em São Paulo e na Zona Franca de Manaus e eles não se limitam a um determinado setor. Vão de montadoras a fabricantes de autopeças (como GM e Bosch, respectivamente) e a companhias de eletroeletrônicos. Até a Foxconn, que ainda está montando sua linha de produção de iPhones e iPad, já teria planos de reduzir seu quadro.

Segundo analistas, as incertezas em relação ao cenário econômico têm influenciado, no curto prazo, o comportamento das empresas. - A indústria passa por uma situação desconfortável, que não é de agora. Vem sofrendo a concorrência dos importados e, com a redução da atividade no ano passado, perdeu produção - disse Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp.

Para a entidade, o país passaria por um processo de desindustrialização e, mesmo com as medidas do governo para incen-

Questionamento
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu questionar a validade da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011, que instituiu a Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT). Para isso, ingressou com uma Adin no Supremo Tribunal Federal.

tivar o consumo e elevar a produção este ano, qualquer recuperação só ocorrerá a partir do segundo semestre. Francini cita o resultado do Sensor, indicador de confiança da indústria paulista, em janeiro. No mês, atingiu 42,2 pontos, contra 43,3 pontos em dezembro - o pior nível em três anos, quando a pesquisa ainda era feita quinzenalmente e chegou a 38,7 pontos na segunda metade do mês. Resultados abaixo de 50 pontos indicam pessimismo e provável demissão.

SÃO PAULO
No estado de São Paulo, a General



Semp Toshiba figura entre as indústrias que estão demitindo no Brasil

Motors e quatro fabricantes de autopeças anunciaram cortes. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos acusa a GM de ter demitido 800 trabalhadores nos últimos três meses. A fábrica, que tinha 9 mil funcionários, emprega agora 8.200. Somente neste ano, 80 pessoas foram dispensadas.

Segundo o Sindicato dos Me-

talúrgicos de Jundiaí, a Foxconn, fabricante de iPhones, teria demitido recentemente pelo menos 100 funcionários. A fábrica fica em frente à unidade onde serão montados a partir de abril os iPads.

Também houve demissão no Amazonas. Segundo a Superintendência da Zona Franca de

Manaus (Suframa), 670 trabalhadores da Semp Toshiba foram demitidos nos últimos dois meses. Desse total, 520 demissões aconteceram nos últimos 10 dias. A Semp Toshiba informou que a movimentação de funcionários ocorrida nas últimas semanas em Manaus foi uma "adequação natural de seu quadro de pessoal em vista da sazonalidade de mercado e da projeção de demanda para os próximos meses".

O ex-ministro do Trabalho Walter Borelli disse que o Brasil não vive um problema de desemprego, pelo contrário, os índices nunca foram tão baixos. Mas isso não significa, de acordo com ele, que não haja empresas com problemas. -"Mas não estamos passando por nada fora do comum no mercado de trabalho. Mais pessoas passam a procurar emprego no início do ano e a taxa de desemprego acaba subindo. Se não há vagas, o desemprego aumenta. A situação deve se normalizar até abril, quando a taxa de desemprego normalmente volta a cair" acredita Borelli.

Novo sistema ainda sem prazo para chegar ao AM

Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) irá implantar no Estado tecnologia para armazenar dados econômicos, mas ainda sem data prevista

LARISSA VELOSO

Especial EM TEMPO

A conclusão dos estudos sobre instalação no Amazonas de equipamentos para navegação em nuvem, prevista para o final de janeiro, deve demorar mais alguns dias. Os desenhos dos projetos de implantação serão trazidos por um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que deveria

vir a Manaus ainda este mês, mas ainda não confirmou data para discutir o assunto com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect-AM).

No início do mês passado, ele informou ao secretário de Ciência e Tecnologia, Odeildo Sena, que deveria se encontrar com ele tão logo fossem concluídos os estudos para implantação de supercomputadores em Manaus e Recife. Ontem, a Sect informou, por meio da assessoria

de imprensa, que a data do encontro ainda não foi definida e pode até não ser agendada em fevereiro.

O objetivo da parceria é transformar as duas capitais em grandes centros de navegação em nuvem, de acordo com o senador Eduardo Braga. "A computação em nuvem tem crescido nas grandes potências econômicas recentemente e a capacidade de crescer no Brasil também é muito ampla. A instalação de um desses

centros no Amazonas dá ao Estado e ao país a oportunidade de ampliar a utilização desse tipo de computação", avaliou o senador.

A tecnologia de nuvem se baseia no armazenamento de dados na internet em vez dos tradicionais discos rígidos. Ela permite que o usuário salve e tenha acesso aos seus arquivos de qualquer lugar do mundo, a partir do próprio computador ou celular e até mesmo de um cyber café.

Contratação de PCDs deve crescer 20%

▼ Aumento da fiscalização tem contribuído para que esses trabalhadores tenham novas oportunidades

TEXTO Gisa Prazeres
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

Mais de 1,5 mil Pessoas Com Deficiência (PCDs) devem ser contratadas, em 2012, no Estado, segundo estimativa da Superintendência Regional do Emprego e Trabalho do Amazonas (SRTE/AM). O número é 20% superior aos 1.275 contratados em 2011.

A admissão de PCDs, em 2011, cresceu 57%, em relação ao ano de 2010. Em 2011, segundo dados do Núcleo de Apoio às Atividades Fiscais (Naaf), da SRTE/AM, foram contratadas 1.275 PCDs, 463 a mais que as 812 admitidas, em 2010.

Porém, na comparação mensal, de dezembro de 2011 com igual mês, em 2010, houve queda de 19,6% na contratação

OS NÚMEROS

1.275

▼ **Trabalhadores com algum tipo de deficiência** foram contratados para atuar no mercado de trabalho no Amazonas, segundo a SRTE-AM

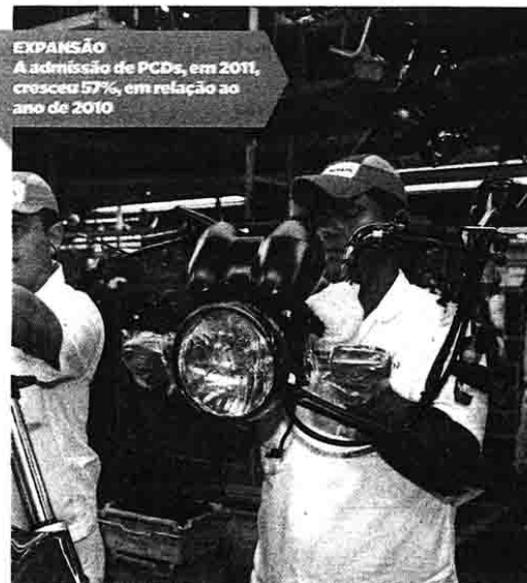
de PCDs. Em dezembro de 2011, foram 33 admitidas e no último mês de 2010, 41.

O Artigo 93 da Lei 8.213/91 estabelece que empresas com cem ou mais funcionários estão obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com PCDs ou beneficiários reabilitados, nas seguintes proporções: até 200 empregados 2%, de 201 a 500 funcionários 3%, de 501 a 1000 (4%) e de 1001 em diante 5%.

O superintendente da SRTE/AM, Dermalson Chagas, afirmou que o aumento do número de fiscalizações para 877 ações em 2011, contribuiu para o maior cumprimento da lei, o que resultou na maior contratação de PCDs.

Apesar da expansão, Dermalson avalia que ainda há muitas empresas que têm dificuldade para se adequar à legislação. "O preconceito está menor, mas ainda existe. Ainda há muito empregador que prefere contratar Pessoas Com Deficiência leve, para que não tenham que fazer grandes ajustes nas suas empresas. Mas, isso não é permitido. Não pode haver discriminação".

Outro fator que influenciou na elevação de Pessoas Com Deficiência contratadas, em 2011, de acordo com Chagas, foi o bom momento da economia.



O setor industrial **ainda é o segmento que mais emprega** os trabalhadores com algum tipo de deficiência

Brasileiros e mexicanos decidiram renegociar acordo

Parceria no mercado automotivo vem beneficiando o parceiro comercial

TEXTO Agência Brasil

FOTO Carlos Casaes/A Tarde/18/03/09

BRASÍLIA

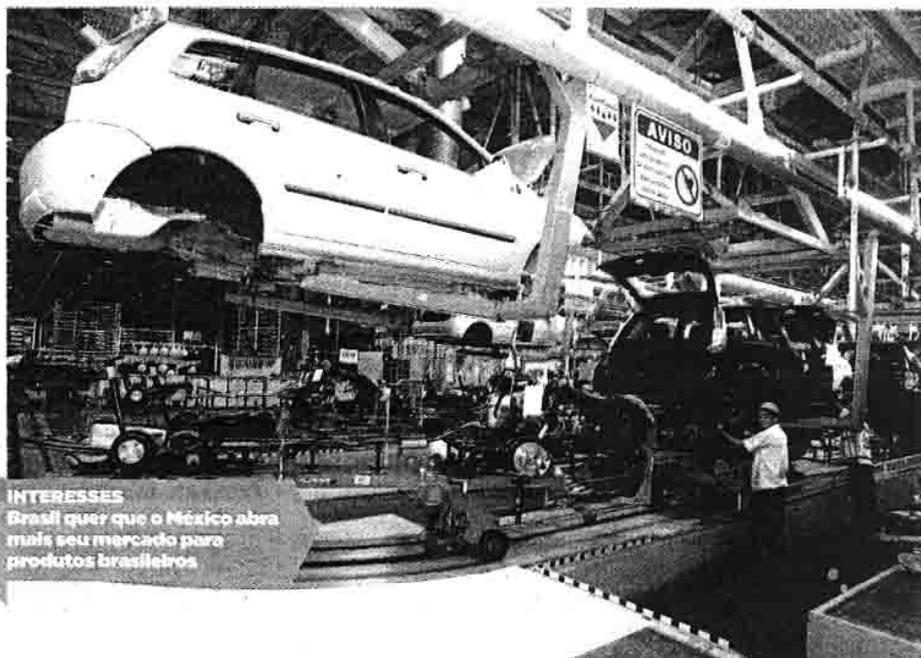
Os governos do Brasil e do México decidiram renegociar alguns pontos do acordo automotivo, depois da polêmica decisão do governo brasileiro em romper, unilateralmente, o negócio que já dura dez anos. Atualmente, o comércio bilateral no setor está desequilibrado, só beneficiando os mexicanos.

O assunto foi discutido ontem por telefone entre a presidente Dilma Rousseff e o colega mexicano Felipe Calderón. A conversa, que ocorreu por iniciativa do governo mexicano, foi acompanhada pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, e das Relações Exteriores, Antônio Patriota.

“Vamos começar um processo de negociação dos termos do acordo já na semana que vem. No momento atual, o acordo não é equilibrado”, disse o ministro Pimentel.

Por causa das perdas, o Brasil cogitava utilizar a cláusula de saída prevista na negociação, o que, na prática, significaria o fim do acordo. “Levantamos a possibilidade da cláusula de saída caso não se chegue a um bom termo”, explicou.

As negociações serão conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pelo Ministério das Relações Exteriores e os equivalentes mexicanos e devem começar na próxima se-



INTERESSES
Brasil quer que o México abra mais seu mercado para produtos brasileiros

Para evitar o rompimento do acordo comercial com os mexicanos, o governo brasileiro negocia mudanças no cálculo dos índices de nacionalização e maior abertura do mercado do México

OS NÚMEROS

14

meses de antecedência é o tempo que o Brasil tem para ‘avisar’ o México que vai ‘anular’ o acordo. A parceria permite que os carros entrem no mercado nacional sem serem taxados.

2009

foi quando o Brasil começou a negociar um amplo acordo com o México, que permitiria maior acesso ao mercado do parceiro latino-americano.

mana com a vinda de representantes mexicanos ao Brasil. A questão deve ser resolvida até o fim do mês.

O acordo

Firmado em 2002, o acordo permite as importações de automóveis, peças e partes de veículos do México com redução de impostos, mas só vale para veículos de passeio.

Uma das mudanças que o Brasil deverá sugerir na revisão do acordo é a inclusão de outras categorias, o que poderia diminuir o desequilíbrio para a balança comercial brasileira, segundo Pimentel.

O prejuízo

Apenas com a importação de automóveis (veículos de passeio), o acordo brasileiro com o México provocou um rombo de US\$ 1,55 bilhão na balança comercial brasileira. O número é a diferença entre o que o Brasil importou e o que vendeu para o parceiro.

Ontem, segundo o site da Exame, o jornal britânico Financial Times publicou matéria afirmando que o México é uma “economia muito aberta”. O Brasil, ao contrário, não hesitou em aumentar a tarifa sobre os importados em 30 pontos, para o atual patamar 35%.